



PSOL 50
Partido Socialismo e Liberdade

**DIRETRIZES DO PLANO DE
GOVERNO - COLIGAÇÃO
FRENTE DE ESQUERDA**

PSOL /PSTU

2014

1.INTRODUCAO

O sistema capitalista nasce e historicamente tem se voltado para o atendimento os ricos;

Os últimos governos brasileiros têm seguido o consenso de Washington (1989) em que estabeleceu que os países em desenvolvimento para receberem apoio de organismo multilaterais teriam que promover a sua diminuição. Dessa forma foram vendidas as empresas estatais, a preço de banana, e se estabeleceu sistematicamente ataques à Constituição Federal com objetivo de retirar os direitos conquistados pelos trabalhadores;

INTRODUCAO

Seguindo essa orientação esses governos, com acentuação nas quatro últimas gestões, aliados ao grande capital – estes têm colocado a estrutura do estado a serviço da expansão do agronegócio, o que tem levado o Brasil a uma política de reprimarização, ou seja, toda produção agrícola em grande escala tem sido para a exportação em detrimento de uma população sofrida e faminta. Da mesma forma esses governos, orientados pelo banco mundial, vêm criando infraestrutura para permitir esse atendimento agroexportador;

INTRODUCAO

- O neoliberalismo não leva em conta a continuação do próprio planeta terra, mas busca a todo custo e com ganância a retirada de bens da natureza para benefícios de poucos;
- O Estado de Rondônia deve ser analisado no contexto de expansão de fronteiras agrícola. O que se constata é que a construção tanto de pontes, quanto das usinas hidrelétricas da calha do rio Madeira possibilitarão através de eclusas, a integração bi-oceânicos que através de transporte intermodal (rodovias, hidrovias e ferrovias) permitira a produção do agronegócio e de componentes de eletro-intensivo;

INTRODUCAO

- A exemplo do que acontece em nível nacional, o Estado de Rondônia tem sido usado para favorecer empresários, além de políticos que utilizando de seu poder de influência buscam privilégios no Estado;
- A migração interna para o Rondônia se acelerou devido à propaganda do governo sobre a geração de emprego e oportunidades, através da construção das hidrelétricas de Santo Antonio e Jirau. Porém o que se observa é o aumento do custo de vida começando pelos preços de alugues;
- As cidades têm crescido de forma desordenada sem infraestrutura adequada, somando ainda o grande êxodo rural, com isso sente-se carência em setores estratégicos como: saúde, segurança pública, educação, habitação entre outras questões fundamentais e necessárias para a vida da sociedade. É grande a falta de oportunidade para a população, com isso observa o crescente índice de criminalidade;

INTRODUCAO

- A saúde tem sido usada como instrumento de propaganda, igualmente as demais pseudo-realizações, seja no setor da educação, reformas físicas sem qualquer melhoramento funcional, ou na construção de estradas, com asfalto “casca de ovo”. O Estado precisa de investimentos e fortalecimento dos sistemas de apoio e da infra-estrutura em longo prazo, além de políticas agrícolas duradouras;
- O objetivo do governo do P-SOL está focado no investimento da geração de oportunidade de trabalho e renda; na melhoria do sistema educacional, com tempo integral, desde o atendimento de creches até o ensino médio; em uma saúde de qualidade; na implantação de programas voltados para o fortalecimento da família, visando à retirada de crianças e adolescentes de situações de risco, como exploração sexual, uso de droga, tráfico, criminalidade etc.; bem como na implantação de outros bens sociais que permitam acesso à cidadania;

INTRODUCAO

- Não será com a construção de que se irá combater ou diminuir a criminalidade e garantir a segurança pública; mas, sim, com investimento em educação integral que possa garantir a qualidade, e na criação de infraestrutura capaz de gerar oportunidade de trabalho e renda, e com uma política que valorize os trabalhadores e trabalhadoras, tanto do campo, quanto da cidade;
- O eixo do desenvolvimento que o P-SOL defende tem base na sustentabilidade, ou seja, no uso racional dos recursos disponíveis no ambiente. A participação da sociedade nos processos de licenciamento ambiental não pode se reduzir a mero rito homologatório. Deve o Estado fomentar o exercício da cidadania na gestão ambiental, contribuindo assim para a formação e consolidação de uma cultura socioambiental que assegure a transgeracionalidade do direito à vida – e vida com qualidade. Só a construção do socialismo pode salvar o país e o planeta do desequilíbrio ambiental;
- O Estado deve incentivar e apoiar a agricultura familiar e o agroextrativismo, com a instalação de agroindústria, visando à geração de oportunidade de trabalho e renda no campo, buscando assim, o restabelecimento da confiança da sociedade rondoniense nos serviços prestados pelo Executivo;

2. FUNDAMENTOS IDEOLÓGICOS

- Art. 6º - O Partido **SOCIALISMO E LIBERDADE** desenvolverá propor ações com o objetivo de organizar e construir, junto com os trabalhadores do campo e da cidade, de todos os setores explorados, excluídos e oprimidos, bem como os estudantes, os pequenos produtores rurais e urbanos, a clareza acerca da necessidade histórica da construção de uma sociedade socialista, com ampla democracia para os trabalhadores, que assegure a liberdade de expressão política, cultural, artística, racial, sexual e religiosa, tal como está expressado no programa partidário.

Estatutos do P-SOL e do PSTU

- Art. 7º - Coerente com o seu Programa, o Partido **SOCIALISMO E LIBERDADE** é solidário a todas as lutas dos trabalhadores do mundo que visem à construção de uma sociedade justa, fraterna e igualitária, incluindo as lutas das minorias, nações e povos oprimidos.
- **INCLUIR PSTU**

PRIORIDADES E METAS DA COLIGAÇÃO DO PSOL/PSTU EM RONDÔNIA

- No primeiro ano o governo do P-SOL convocará a sociedade civil organizada para a criação de uma **agenda coletiva** de trabalho, visando à definição de metas e prioridades para estruturar um plano de governo a longo prazo, o Plano de Metas do Governo de Rondônia (PMGR);
- Entre as principais metas, será dada continuidade ao mapeamento dos recursos naturais (zoneamento de detalhe) das potencialidades em escalas municipais e fortalecimento das instituições de planejamento e monitoramento ambiental e infra-estruturas;

3. PRIORIDADES E METAS DA COLIGAÇÃO PSOL/PSTU EM RONDÔNIA

- O ambiente será protegido da ganância de exploradores inescrupulosos, ficando os recursos hídricos tomados como prioridade, onde nos dois primeiros anos de gestão será elaborado o **plano diretor de gestão das águas**, com a instalação da agência de águas e comitês de bacias, com instrumentalização dos representantes das comunidades inseridas nos comitês de bacias hidrográficas;
- Incentivar-se-á a indústria de transformação distribuída por pólos municipais, conforme as suas vocações, visando agregar valores à matéria prima e incorporação de mão-de-obra local, minimizando assim, a migração pendular que busca do emprego urbano;

PRIORIDADES E METAS DO GOVERNO DA COLIGAÇÃO PSOL/PSTU

- A geração de oportunidades de trabalho e renda deverá levar em conta a exploração dos recursos com tecnologias apropriadas, que contribuirá para que o Estado de Rondônia saia da chamada economia do contracheque. Um dos instrumentos de apoio para atingir esta meta será o incentivo às Prefeituras Municipais para a elaboração e revisão dos seus planos diretores, visando a fortalecer a capacidade de gestão compartilhada;
- Para que seja viabilizado o desenvolvimento do Estado será realizado um planejamento estratégico, buscando envolver toda a sociedade civil. Dessa forma, poder-se-á realizar uma gestão participativa com a sociedade civil organizada e com os Conselhos das mais diversas áreas. Um dos pontos a ser atacado pela gestão do P-SOL será a redução da carga tributária a fim de viabilizar a redução de inadimplência e o maior aporte de empreendimento no Estado, resultando resultado na elevação dos níveis da arrecadação;
- Faz-se necessário realizar uma modernização administrativa no Estado visando à adequação por áreas. Uma ampla reforma administrativa deve ser realizada, corrigindo-se distorções na estrutura organizacional básica com a redefinição de secretarias, autarquias e órgãos de apoio e assessoramento;

PRINCIPAIS POLITICAS PUBLICAS A SEREM INCENTIVADAS

• 4.1. EDUCAÇÃO

- **Educação Integral** – Implementação progressiva de uma educação integral, a partir da educação infantil, tanto para a paisagem urbanas, quanto para a paisagem rural;
- **Escola-comunidade** – Implantação de programas de otimização dos espaços físicos das escolas com objetivo de dar suporte às atividades socioculturais da comunidade;
- **Adequação de Programas** – Avaliação dos programas de formação do ensino médio a fim de adequar os currículos à realidade regional.
- **Filosofia e Sociologia** – Expansão e readequação do ensino de filosofia e sociologia no ensino médio;
- **Educação de Jovens e Adultos** – Fortalecimento dos programas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) provendo-os de condições de um bom funcionamento para atender a demanda reprimida e possibilitar maior escolaridade da população;

4. PRINCIPAIS POLITICAS PUBLICAS A SEREM INCENTIVADAS

- **4.1. EDUCAÇÃO**
- **Escola Profissionalizante** – Instalação de novas escolas técnicas profissionalizantes e incentivos à instalação de pólos tecnológicos para preparação de profissionais para a implantação da inclusão digital;
- **Centros Tecnológicos** – Implantação de Centros Tecnológicos Estaduais (Urbanos e Rurais) com objetivo de capacitar jovens para o atendimento das necessidades do desenvolvimento regional;
- **Educação rural** – Implementação progressiva das diretrizes de educação no campo, potencializando as experiências das Escolas-Família Agrícolas;
- **Educação indígena** – Desenvolvimento de programas de educação indígena, valorizando as experiências já existentes e formulando convênio com Instituições de Ensino Superior para a formação de professores indígenas, assim como de outros cursos que venham atender os interesses e a demanda dos povos indígenas;

PRINCIPAIS POLITICAS PUBLICAS A SEREM INCENTIVADAS

• 4.1. EDUCAÇÃO

- **Ensino Superior** - Implantação da Universidade do Estado de Rondônia (UERON), com cursos voltados para as potencialidades da Amazônia Ocidental, inclusive a exploração de recursos florestais, gestão dos recursos hídricos, mineração, gestão e monitoramento ambiental;
- **Fundação de Apoio a Pesquisa** – Implantar a **FAPERON** (Fundação de Apoio a Pesquisa do Estado de Rondônia) conforme previsto na Constituição do Estado de Rondônia, visando o incentivo à pesquisa regional;
- **Capacitação e qualificação profissional** – Implementar os programas de capacitação e qualificação continuada já existentes e implantar novos programas, baseados na realidade regional, aproveitando o conhecimento local e estabelecendo parcerias com a iniciativa privada;
- **Política salarial** – Recuperar o poder de compra dos profissionais da educação (docentes, equipe de apoio técnico-administrativo etc.), tendo como base a arrecadação do Estado e os repasses institucionais;
- **Criação de novos cargos** – Criar novos cargos especializados e contratação por meio de concurso público de profissionais para atender ao sistema estadual de educação;

PRINCIPAIS POLITICAS PUBLICAS A SEREM INCENTIVADAS

- **4.1. EDUCAÇÃO**
- **Plano de carreira** – Definir o plano de carreira dos servidores públicos do Estado de Rondônia a fim de viabilizar o poder de compra;
- **Desporto** – Desenvolver programas permanentes de incentivo ao esporte como atividades pedagógicas complementares à formação de crianças e adolescentes, e oportunizar o desenvolvimento das expressões artístico-culturais de caráter formativo e recreacional;
- **Inclusão digital** – Equipar tecnologicamente as unidades de ensino e pesquisa para proporcionar a inclusão digital;
- **Ouvidoria** – Criar uma ouvidoria para o acompanhamento e controle de qualidade das ações educacionais;
- **Educação inclusiva** – Capacitar os professores para a educação inclusiva, em todos os níveis de atuação.

PRINCIPAIS POLITICAS PUBLICAS A SEREM INCENTIVADAS

• 4.2. SAÚDE

- **Atenção Básica** - Estabelecer convênio com os municípios com objetivo de garantir ações básicas de promoção da saúde da população, prevenir contra doenças e garantir a qualidade de vida;
- **Regionalização da Assistência** – Implantar a regionalização da assistência médico-hospitalar com o objetivo de atender as demandas das diversas regiões do Estado;
- **Contratação de profissionais** – Dotar o Sistema Estadual de Saúde de Equipe qualificada das diversas áreas (Serviço Social, Medicina, Enfermagem, Educação Física, Nutrição, Psicologia) para atendimento de casos específicos da gestão administrativa e financeira, técnica e científica, próprias do setor de saúde;
- **Concurso público** – realizar concurso público para preenchimento de vagas em cargos já existentes e os a serem criados, visando à adequação ao perfil epidemiológico do Estado;
- **Tecnologia** – Dotar as Unidades Hospitalares e Hemoterápicas de condições tecnológicas para efetivar o atendimento com qualidade;

PRINCIPAIS POLITICAS PUBLICAS A SEREM INCENTIVADAS

- **4.2. SAÚDE**
- **Relocação** – Relocar o pessoal qualificado, já existente, a fim de proporcionar a melhoria do atendimento no setor de saúde;
- **Convênios** – Estabelecer convênios e parcerias com laboratórios para atendimento nos municípios onde não existam estes serviços instalados;
- **Descentralização** – Descentralizar as ações médicas e laboratoriais especializadas;
- **Orientação preventiva** – Implantar programa de prevenção, com ginástica laboral, bem como implementar as ações preventivas de saúde da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e dos demais usuários do SUS;
- **Informação** – Disponibilizar nos meios de comunicação do Estado os serviços de saúde existentes para o atendimento da população, inclusive o controle da disponibilidade de cotas para atendimento pelo SUS em laboratórios de análises e outros prestadores de serviços;

PRINCIPAIS POLITICAS PUBLICAS A SEREM INCENTIVADAS

- **4.2. SAÚDE**

- **Política antidroga** – Implantar uma política de apoio às pessoas portadoras de doença do álcool e droga. Para isso deve-se levar em conta a experiência dos grupos de Alcoólicos Anônimos (AA) e de Narcóticos Anônimos (NA), fomentando-se a interação do Estado com essas instituições.

PRINCIPAIS POLITICAS PUBLICAS A SEREM INCENTIVADAS

• 4.3. LAZER E TURISMO

- **Plano diretor** – Elaborar um plano de desenvolvimento do turismo para Rondônia, visando ao mapeamento das paisagens cênicas com potencial para o turismo ecológico e de aventuras;
- **Festas regionais** – realizar levantamento dos eventos culturais, folclóricos e festas religiosas por municípios;
- **Turismo de negócios** – incentivar o turismo de negócios ligados ao setor agrobussines e afins;
- **Infraestrutura** – criar e incentivar as prefeituras na construção de infraestrutura para garantir de forma gradativa a consolidação do turismo como uma alternativa econômica do Estado;
- **Convênios** – formalização de convênios com Centro Universitários que possuem cursos de turismo para incorporação desta mão-de-obra qualificada entre outros mecanismos;

PRINCIPAIS POLITICAS PUBLICAS A SEREM INCENTIVADAS

- **4.3. LAZER E TURISMO**
- **Divulgação** – produzir material de divulgação das áreas identificadas como potencial para o uso turístico (Estrada de Ferro e paisagem cênica);
- **Lazer** – criar áreas de lazer esportivo e cultural, aproveitando o potencial natural existentes nos municípios;
- **Espaços permanentes** – Interagir com as administrações municipais para a criação de espaços permanentes para festividades e manifestações culturais;
- **Ecoturismo** – Viabilizar o ecoturismo nas comunidades ribeirinhas.

4.4. CULTURA

- **Fomento** – Valorizar os produtores culturais incentivando ações organizadas e a produção independente através de um processo de capacitação e de qualificação;
- **Escola Integral** – Contemplar na **Escola Integral** a implantação de um programa de desenvolvimento cultural escola–comunidade, dinamizando e potencializando os espaços e a participação da comunidade escolar;
- **Legislação Pró-Cultura** – Regulamentar a composição e funcionamento do Conselho Estadual de Cultura, elaborar uma Lei Estadual de Incentivo à Cultura que não seja mera cópia da Lei Federal, mas que efetivamente corresponda às necessidades do setor em Rondônia e, inclusive, estabeleça benefício fiscal para os produtores artísticos que comercializam diretamente seus próprios produtos (atividades artesanais);

4.4. CULTURA

- **Capacitação** – Capacitar funcionários para captação, elaboração e desenvolvimento de projetos junto aos produtores culturais;
- **Mídia cultural** – Retomar as atividades TV Educativa Madeira-Mamoré e implantar, em parceria com os municípios, rádios FM culturais no interior do Estado. Editar um jornal impresso e eletrônico específico para divulgação dos projetos, eventos, patrimônio, da cultura em geral;
- **Espaços culturais** – Implantar a gestão compartilhada com organizações representativas dos produtores culturais e da comunidade em geral em unidades como a Casa da Cultura;
- **Circuito artístico** – Estabelecer um circuito artístico-cultural (música, teatro, danças) regionais para que a sociedade possa conhecer os valores da terra;

4.4. CULTURA

- **Incentivo à leitura** – Fomentar a formação de bibliotecas comunitárias;
- **Fomento cultural** – Desenvolver eventos que valorizem a produção dos diversos segmentos artísticos e culturais, atribuindo premiação em certames, contemplando, principalmente, artes plásticas, música, literatura, teatro, audiovisual, patrimônio, dança;
- **Cooperativismo** – Incentivar os produtores culturais a se organizarem em cooperativas e associações, como forma de manter um diálogo mais próximo e nivelado;
- **Salão de Artes** - Recolocar o salão de artes plásticas de Rondônia, em nível nacional, dando maior divulgação ao evento nos outros estados, com intuito de haver maior participação de outros artistas de renome;
- **Oficinas de arte** – Fomentar, por meio de oficinas, a produção de arte e também de artesanatos, em especial aqueles que utilizem matéria-prima local ou promovam o aproveitamento de resíduos industriais, como aparas de madeira, dentre outros.

4.4. CULTURA

- **Patrimônio Cultural** – Catalogar todo o acervo patrimonial do Estado seja ele histórico, de bens móveis e imóveis, do patrimônio natural, arqueológico ou de bens imateriais. Criar e fomentar a criação de museus, memoriais e centros de referências históricas que convirjam para a preservação de valores culturais locais, regionais e pátrios;
- **Teatro** – Ereção de teatros nas principais cidades-pólo, compondo estrutura física para circuito de apresentações;
- **Acesso à Cultura** - Garantir meios para que as pessoas isoladas social, geográfica ou economicamente dos ambientes em que ocorrem os eventos culturais tenham acesso a eles.

4.5. ECONOMIA

- **Agroindústria** – Incentivar os investimentos em agroindústrias, priorizando os empresários já estabelecidos em Rondônia e incentivar novos investimentos a fim de que possam gerar oportunidade de trabalho e renda;
- **Pequena empresa** – Incentivar as iniciativas dos micro e pequenos empresários, tanto na área urbana, quanto rural;
- **Atração de investidores** – Atrair o investimento de grupos econômicos de fora do Estado;
- **Revisão de alíquotas** – Ampliar a discussão do valor das alíquotas de impostos, visando a aumentar a contribuição e evitar a sonegação;
- **Setor Madeireiro** – Levar a educação ambiental ao setor madeireiro a fim de despertar a conscientização do cumprimento da legislação referente o uso de manejo floresta e reflorestamento;
- **Setor Moveleiro** – Apoiar a indústria moveleira com o objetivo de aproveitamento da madeira, agregando valor e geração de renda;
- **Economia informal** – Construir um shopping center popular, com praça de alimentação, cinemas, ar refrigerado, para que os camelôs possam trabalhar com dignidade.

4.6. AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

- **Agricultura Familiar** – Apoiar a agricultura familiar e fortalecer cooperativas. Formalizar convênio com o INCRA, para fortalecimento de políticas de apoio as famílias estabelecidas em assentamentos em processo de consolidação;
- **Agroextrativismo** – Incentivar a expansão dos sistemas agroextrativistas (SAEs). Incentivar o setor de indústria de transformação dos produtos agroextrativistas para estabelecimento na própria localidade;
- **Escoamento** – Garantir estradas e transportes para escoamento da produção;
- **Territorialidade** – Demarcar as terras estaduais;
- **Assentamentos novos** – Identificar e promover a assistência às famílias assentadas nos novos assentamentos realizados pelo INCRA;
- **Ouvidoria Fundiária** - Implantar a ouvidoria fundiária a fim de prevenir conflitos no campo e impasses judiciais.

4.7. SEGURANÇA PÚBLICA

- **Descentralização** – Implementar ações de **integração** e **descentralização** das ações de Segurança Pública, como metas principais do governo, visando a reduzir a ocorrência de crimes;
- **Ressocialização de apenados** – Desenvolver ações e projetos dentro do sistema carcerário para a ressocialização dos apenados;
- **Adolescentes em conflito com a lei** – Desenvolver programas educativos para adolescentes em conflito com a lei, que vivem em albergues e excluídos, que visem a reiniciar os laços afetivos com a família e integrá-los a atividades sociais;
- **Aumento do efetivo policial** – Aumentar o efetivo policial, devidamente qualificado, para atender a demanda reprimida de atendimento de ocorrências policiais;
- **Segurança no trânsito** – Reduzir o número de acidentes de trânsito através de programas educativos e fiscalização in loco do trânsito urbano e intermunicipal;

4.7. SEGURANÇA PÚBLICA

- **Controle de sinistros** – Reduzir a demanda reprimida de atendimento a ocorrências de sinistros, por meio do aumento do efetivo da corporação do Corpo de Bombeiros e da Polícia Técnica especializada;
- **Controle policial estratégico** – Construir postos de fiscalização policial nas entradas e saídas das cidades, em estradas, portos e aeroportos, visando coibir o tráfico de drogas e armas, o transporte de veículos furtados e roubados, o contrabando, a sonegação tributária, o trânsito de fugitivos;
- **Polícia Comunitária** – Fortalecer as ações da Polícia Comunitária, com a instalação e reativação das guaritas da Polícia Militar, dotando-as de estruturação dos meios de comunicação para garantir a presença das polícias junto à população e proporcionar um atendimento mais rápido às ocorrências, inibindo a prática de delitos e colocando, assim, em prática o projeto de Polícia Comunitária;

4.7. SEGURANÇA PÚBLICA

- **Academia de Polícia** – Reestruturar a Escola de Academia de Polícia, visando ao oferecimento de cursos de capacitação na área de segurança pública para todas as categorias;
- **Capacitação** – Desenvolver programas de capacitação, atualização e aprimoramento contínuo para que os policiais civis e militares possam realizar cursos em suas respectivas áreas, visando à melhoria da qualidade dos serviços, principalmente nas novas modalidades de crimes virtuais e atualização referente à legislação;
- **Reaparelhamento** – Fortalecer o Fundo de Reaparelhamento da Polícia Civil, visando à estruturação do aparato policial;
- **Furtos e roubos de veículos** – Fiscalizar e controlar permanentemente as oficinas de desmanches e recuperação de veículos, visando coibir o roubo de veículos.
- **Tráfico de armas** – Reprimir a fabricação de armas clandestinas;
- **Informação integrada** – Implementar a atuação conjunta das polícias estaduais com as polícias Federal e Rodoviária Federal a fim de fortalecer o Sistema de Informações de Segurança Pública (INFOSEG). Desenvolver banco de dados entre o Sistema de Segurança, o Poder Judiciário e o Ministério Público, para subsidiar o planejamento do setor em longo prazo;
- **Fim social da propriedade** – Apoiar as prefeituras no mapeamento de imóveis abandonados, dando-lhes destinação de uso e ocupação, evitando o uso destes espaços para distribuição de drogas e outros crimes;
- **Defesa da Mulher** – Fortalecer as Delegacias de Mulheres, dotando-os de infraestrutura, e implantar abrigos para a Mulher-Vítima.

4.8. INFRAESTRUTURA E QUESTÕES REGIONAIS

- **Energia** – Proporcionar debates com a sociedade civil organizada sobre a implantação das hidroelétricas do Madeira (Jirau e Santo Antônio, ambas em Porto Velho), destacando o impacto socioambiental decorrente dessas usinas;
- **Água** – Elaborar o Plano Diretor das Águas e Bacias Hidrográficas.
- **Saneamento ambiental** – Investir na construção de esgotamento, limpeza e canalização dos igarapés;
- **Transportes** – Garantir o transporte aos ribeirinhos, bem como às comunidades rurais menos assistidas;
- **Portos** – Criar, em conjunto com as administrações municipais, portos adequados para cargas e passageiros, nos rios Mamoré, Guaporé, Madeira, Candeias, Jamari e Machado; bem como para proporcionar passeio turístico nas margens dos rios;

4.8. INFRAESTRUTURA E QUESTÕES REGIONAIS

- **Aeroportos** – Buscar apoio federal para construção e melhorias de aeroportos nas principais cidades de Rondônia;
- **Transporte Intermunicipal** – Avaliar o sistema de transporte coletivo intermunicipal, identificando eventuais demandas reprimidas;
- **Estradas Vicinais** - Conservar as vias de comunicação intermunicipais existentes e abrir novas estradas vicinais, permitindo acesso às comunidades isoladas.

4.9. AMBIENTE

- **Saneamento básico** – Considerar a relação entre saneamento, saúde e meio ambiente;
- **Recursos naturais** – Potencializar a utilização dos recursos naturais e agregação de valor aos conhecimentos das populações tradicionais, estimulando, para isso, a agricultura familiar e atividades agroextrativistas e outras iniciativas locais solidárias;
- **Grandes impactos** – Efetuar um balanço dos grandes empreendimentos hidrelétricos, mineradores e pecuários e priorizar o incentivo de estudos sobre fontes de energia alternativas. A matriz energética do Brasil deve ser patrocinada e administrada pelo Estado, sob efetivo controle social, evitando cair nas mãos de empresários que só visam aos lucros;

4.9. AMBIENTE

- **Indígenas** – Desenvolver uma Política Indígena que respeite e valorize a cultura tradicional, garantindo social às comunidades assegurando o exercício de sua capacidade de autogestão;
- **Áreas degradadas** – Desapropriar as áreas ambientalmente afetadas por empresas ou fazendas para efeito de reforma agrária com ocupação ecologicamente correta;
- **Cooperativas sociais** – Estimular as cooperativas sociais com preocupação ecológica, priorizando-as no processo de reconstrução agrária;
- **Tecnologia rural** – Promover e apoiar a permanência dos agricultores e agricultoras dignamente no campo, com suporte tecnológico.

4.10. PREVIDÊNCIA SOCIAL

- **Auditoria no IPERON**- Realizar auditoria no Instituto de Previdência Pública do Estado de Rondônia (IPERON) com objetivo de verificar o funcionamento e a aplicação dos recursos do sistema;
- **Terceiro setor** - Fortalecer os convênios existentes com entidade filantrópicas e sem fins lucrativos, com o objetivo de melhorar o atendimento social à população.

4.11. QUESTÕES SOCIAIS

- **IDOSO** – Instalar programas de saúde geriátrica, com contratação de médicos especializados no setor;
- **GLBTT** – Promover um debate permanente com os setores de segurança, direitos humanos, promoção social, educação entre outros, de forma a combater à homofobia evitando assim a discriminação e a repressão policial, garantindo o direito à expressão da identidade sexual;
- **1º EMPREGO** - Efetivar políticas para a geração de emprego com Carteira de Trabalho assinada e todos os direitos trabalhistas garantidos aos jovens que se iniciam no mercado de trabalho;

4.11. QUESTÕES SOCIAIS

- **Etnias** - Incentivar empresas privadas a contratar jovens das diversas etnias aptos ao trabalho, para evitar a discriminação racial;
- **Jovens mães** – Incluir as jovens mães na escola e no mundo do trabalho;
- **Atenção à infância** - Garantir creches e assistência social que permita o desenvolvimento pleno dos filhos de trabalhadores;
- **Passé Livre Escolar** – Estabelecer o Passé Livre Escolar para aluno(a)s carentes.

4.12. ETNIA

- **História de Negros e Índios** – Introduzir no currículo escolar das escolas públicas a História da África e da cultura afro-descendente no Brasil, bem como a dos Povos Indígenas;
- **Educação para a diversidade** – Incentivar o resgate da cultura popular por meio de atividades que contemplem a diversidade racial e cultural do país, visando a coibir o racismo no início da formação dos indivíduos.

4.13. QUESTÕES URBANAS

- **Mapeamento fundiário** – Formalizar parcerias entre estado e município para elaborar seu mapeamento fundiário;
- **Estatuto da Cidade** - Criar mecanismos para orientar os municípios no cumprimento do Estatuto da Cidade;
- **Desenvolvimento habitacional** – Incentivar políticas habitacionais ambientalmente corretas e solidárias para evitar a especulação imobiliária e exclusão social do trabalhador de baixa renda. Desenvolver políticas urbanas voltadas para a habitação popular ecologicamente correta (atendimento à legislação ambiental e de recursos hídricos).

5. ESTRATÉGIAS DE AÇÕES

- Criar uma agenda coletiva – entre governo e sociedade civil organizada – para a elaboração do Plano de Metas do Governo de Rondônia (PMGRO);
- Definir políticas públicas de acordo com a vocação e as potencialidades de Rondônia, priorizando a sustentabilidade da produção familiar e solidária e a fixação do homem a terra;
- Capacitar tecnicamente e instrumentalizar os órgãos públicos (capital e interior);
- Fortalecer as representações das secretarias no interior, visando à agilização dos serviços e aproximação com a sociedade;
- Criar áreas administrativas por municípios-pólo e descentralizar as agências de governo.

SUGESTÕES

